

Prefeitura retoma passeio de trem na Madeira-Mamoré neste sábado

Considerado por décadas como um feito impossível por conta do abandono registrado ao longo do tempo, o retorno do passeio de vagão sob os trilhos da lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré será um dos presentes à população porto-velhense em comemoração aos 112 anos da cidade.

O primeiro embarque acontece neste sábado (3), a partir das 15h. Esse passeio inicial será marcado pela emoção da retomada de uma parte maltratada da história do nosso povo e que agora volta a ter o seu devido protagonismo.

Leia mais na pág. 03



Primeiro embarque será no sábado (3), às 15h, marcando a retomada de um importante capítulo da história de Porto Velho.

Eleitores têm garantia contra prisão durante período eleitoral; restrição segue até 6 de outubro



Eleitores só podem ser presos em casos de flagrante ou por sentença criminal condenatória de crime inafiançável.

PÁGINA 02

Hospital Regional de Guajará-Mirim manifesta preocupação com edital do governo que reduz em 82,7% a meta de cirurgias ortopédicas na unidade

PÁGINA 03

Contas públicas de Porto Velho serão apresentadas em audiência pública nesta quarta-feira (30)



Audiência pública apresenta resultados fiscais do 2º quadrimestre de 2026 e permite à população acompanhar receitas, despesas e investimentos.

PÁGINA 04

Candeias: Justiça suspende eleição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores para biênio 2027/28



Decisão aponta possível antecipação de quase dois anos na escolha da Mesa para o biênio 2027/2028 e mantém suspensão até julgamento da ação.

PÁGINA 05

TSE recebeu mais de 50 mil denúncias de propaganda irregular

Desde o início da campanha para as eleições gerais de 2026, a Justiça Eleitoral já recebeu 51.395 denúncias de propaganda irregular por meio do aplicativo Pardal, um sistema eletrônico criado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para receber esse tipo de ocorrência.

Lideram o ranking São Paulo (10.388), seguido por Bahia (5.969), Minas Gerais (4.635) e Pernambuco (3.505). Os estados com menor quantidade de denúncias são Tocantins (74), Roraima (104) e Piauí (172).

O principal tipo de ocorrência (43,78%) está relacionada a propagandas irregulares ou fora dos padrões em vias públicas. Em seguida vêm as propagandas irregulares em propriedade particular (11,94%), como a pintura de muros fora dos padrões aceitos pelo TSE, e publicidade em bens públicos.

Isso inclui murais em prédios públicos ou publicidade institucional.

Durante o período eleitoral esse tipo de publicidade só é permitido em situação excepcional e com autorização da Justiça Eleitoral.

Há também denúncias por propaganda irregular na internet, jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão; além de materiais gráficos, como adesivos de carros em tamanho maior que o permitido. Até agora a Justiça Eleitoral transformou 27% das denúncias recebidas em processos.

O aplicativo Pardal pode ser baixado de forma gratuita nas lojas virtuais Google Play para celulares Android e App Store para iPhones. Clique aqui para saber mais sobre como baixar o software.

Para acessar o aplicativo é preciso fa-



Além de descrever a irregularidade, o denunciante pode anexar fotos, vídeos, áudios ou endereços eletrônicos relacionados.

zer login com a senha do e-título ou da plataforma Gov.br. O nome do autor da denúncia é mantido em sigilo.

Além de descrever a irregularidade, o denunciante pode anexar fotos, vídeos, áudios ou endereços eletrônicos relacionados.

Nos casos em que a denúncia não se encaixar no escopo do Pardal, a pessoa será encaminhada para canais como o Sistema de Alertas de Desinformação Eleitoral (Siade) ou o Ministério Público Eleitoral (MPE) do estado.

Eleitores têm garantia contra prisão durante período eleitoral; restrição segue até 6 de outubro

Desde as primeiras horas da última terça-feira (29), eleitores não podem ser presos ou detidos até o dia 6 de outubro, salvo em casos de flagrante delito, sentença criminal condenatória por crime inafiançável ou descumprimento de salvo-conduto expedido pela Justiça Eleitoral.

O salvo-conduto é uma medida destinada a proteger o eleitor que sofrer violência física ou moral contra sua liberdade de votar ou em razão de ter exercido o voto.

Para os candidatos que disputam o primeiro turno das eleições gerais, a restrição de prisão está em vigor desde 19 de setembro e também segue até 6 de outubro.

A votação do próximo domingo ocorrerá das 8h às 17h, no horário de Brasília. Os eleitores escolherão, nesta ordem, deputado federal, deputado estadual ou distrital, duas vagas para o Senado, governador e presidente da República.

Como são vários números para digitar na urna eletrônica, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recomenda que o eleitor leve uma "colinha" com os números dos candidatos. A anotação deve ser feita em papel, já que o uso de celular é proibido dentro da cabine de votação.

O aparelho pode ser utilizado antes da votação para identificação por meio do e-Título ou de documentos digitais oficiais, como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e o RG Digital.

A recomendação é que o eleitor confira antecipadamente os números dos candidatos e organize a anotação na ordem em que os cargos aparecerão na urna. A medida pode facilitar o processo de votação e evitar erros durante o preenchimento.

A Justiça Eleitoral também orienta os eleitores a se dirigirem ao local de votação com antecedência e a observarem as regras de segurança e conduta durante o pleito, contribuindo para o andamento



Eleitores só podem ser presos em casos de flagrante ou por sentença criminal condenatória de crime inafiançável.

regular da votação.

A expectativa é de que as medidas contribuam para garantir maior segurança aos eleitores e tranquilidade durante o processo de votação.

DIÁRIO RO
diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008

Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Prefeitura retoma passeio de trem na Madeira-Mamoré neste sábado

Considerado por décadas como um feito impossível por conta do abandono registrado ao longo do tempo, o retorno do passeio de vagão sob os trilhos da lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré será um dos presentes à população porto-velhense em comemoração aos 112 anos da cidade.

O primeiro embarque acontece neste sábado (3), a partir das 15h. Esse passeio inicial será marcado pela emoção da retomada de uma parte maltratada da história do nosso povo e que agora volta a ter o seu devido protagonismo.

De acordo com o prefeito Léo Moraes, o propósito dessa iniciativa é propor-



Léo Moraes destacou que a iniciativa valoriza a história de Porto Velho e marca a retomada de um importante atrativo turístico da cidade.

cionar uma experiência que faz parte da história de Porto Velho, garantindo um futuro de valorização de tudo que fez parte da construção da capital de Rondônia.

“Durante quase três décadas esse nosso acervo histórico e turístico ficou parado, agora é o momento de celebrarmos esse novo momento de Porto Velho, onde história e progresso caminham juntos. Estão todos convidados para esse passeio que está na memória afetiva de muita gente”, disse Léo Moraes.

Para o secretário adjunto de Turismo, Alekis Palitot, esse é um momento que todos os apaixonados pela história da Madeira-Mamoré tanto sonhavam. O passeio será realizado em dois formatos: o Kalamazoo fará o percurso do Casarão da Madeira-Mamoré até a Igreja de Santo Antônio, enquanto o vagão fará o trajeto somente dentro do Complexo Madeira-Mamoré.

“Teremos a oportunidade de mostrarmos Porto Velho de uma maneira que a atual geração ainda não teve a oportunidade de conhecer. Isso assegu-



Primeiro embarque será no sábado (3), às 15h, marcando a retomada de um importante capítulo da história de Porto Velho.

ra a valorização da nossa história para as próximas gerações de porto-velhenses”.

Vale destacar que, após o embarque inicial, o passeio pelos trilhos da EFMM em um vagão puxado pela Locomotiva 18 será realizado todos os sábados, com 18 embarques e desembarques.

A retomada do passeio representa mais uma iniciativa de valorização do complexo histórico e turístico da Madeira-Mamoré, aproximando moradores e visitantes da história que marcou a formação de Porto Velho.

Hospital Regional de Guajará-Mirim manifesta preocupação com edital do governo que reduz em 82,7% a meta de cirurgias ortopédicas na unidade

A gestão do Hospital Regional de Guajará-Mirim Dr. Júlio Pérez Antelo manifesta preocupação com as metas previstas pelo Governo de Rondônia no Edital 003/2026, que trata da futura administração da unidade. Na ortopedia, a previsão cai de 231 cirurgias por mês no contrato atual para 40 no edital. São 191 procedimentos a menos na meta mensal, uma redução de 82,7%.

Para a gestão, a mudança precisa ser avaliada à luz da demanda da região e dos serviços implantados desde a inauguração do hospital, em março de 2025. A oferta de cirurgias, UTI, exames e hemodiálise em Guajará-Mirim permite que pacientes recebam atendimento mais perto de casa e reduz a necessidade de viagens de centenas de quilômetros até Porto Velho.

A hemodiálise mostra o que isso representa para os moradores. Pacientes que precisam de sessões regulares passaram a contar com o tratamento na própria cidade. No edital, porém, a meta mensal do serviço diminuiu de 504 para

450 sessões.

As reduções alcançam outras áreas. A previsão de cirurgias ginecológicas passa de 120 para 60 por mês. Cirurgias gerais e urológicas, reunidas em uma meta de 238 procedimentos mensais no contrato atual, têm no edital metas separadas de 75 e 35, respectivamente, somando 110. A meta de saídas de pacientes da UTI adulto cai de 46 para 16 por mês. Esse indicador mede o fluxo de pacientes atendidos, não a quantidade de leitos.

O Edital 003/2026 prevê a escolha de uma Organização Social de Saúde (OSS) para assumir a futura gestão por meio de um contrato de gestão. Consultas médicas, exames laboratoriais, eletrocardiogramas, raios X e ultrassonografias continuam entre os serviços previstos para o hospital, mas deixam de ter as metas mensais específicas estabelecidas no contrato atual. Já a meta de tomografias aumenta de 165 para 500 exames por mês.

Segundo balanço divulgado pela atu-



O QUE MUDA NO EDITAL	
Metas mensais: contrato atual x edital	
Ortopedia:	231 → 40 cirurgias
Ginecologia:	120 → 60 cirurgias
Hemodiálise:	504 → 450 sessões
UTI adulto:	46 → 16 saídas de pacientes

Edital do governo para a futura gestão também prevê menos cirurgias ginecológicas e sessões de hemodiálise na unidade, que ampliou o acesso a tratamentos na região do Mamoré.

al gestora, o hospital realizou 69.657 exames entre março e dezembro de 2025. O volume ajuda a dimensionar a importância da unidade para a região: cada exame, cirurgia ou tratamento oferecido em Guajará-Mirim representa a possibilidade de resolver uma demanda de saúde sem deslocar o paciente à capital.

Contas públicas de Porto Velho serão apresentadas em audiência pública nesta quarta-feira (30)

A Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Economia (Semec), realiza nesta quarta-feira (30), às 9h, uma audiência pública para apresentar o Relatório de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 2º quadrimestre de 2026. A atividade ocorre na Câmara Municipal de Porto Velho e é aberta à participação da comunidade.

A apresentação integra o calendário de acompanhamento da execução orçamentária do município e atende ao disposto no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A legislação estabelece que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo deve demonstrar e avaliar, em audiência pública, o cumprimento das



Audiência pública apresenta resultados fiscais do 2º quadrimestre de 2026 e permite à população acompanhar receitas, despesas e investimentos.

metas fiscais de cada quadrimestre.

Durante a audiência, a equipe técnica da Semec apresentará os principais resultados das contas públicas municipais entre maio e agosto de 2026, período correspondente ao segundo quadrimestre. Os dados permitem comparar o desempenho registrado no período com as metas estabelecidas para o exercício financeiro.

Entre as informações apresentadas es-

tão os resultados da arrecadação municipal, receitas próprias, transferências, despesas, investimentos, gastos com pessoal e evolução dos principais indicadores fiscais. O relatório também permite verificar o comportamento das receitas e despesas ao longo do ano e o cumprimento dos limites e metas previstos no planejamento orçamentário.

Para o secretário municipal de Economia, Wagner Garcia, a

apresentação dos dados fortalece o acompanhamento da execução orçamentária e amplia o acesso da população às informações sobre as contas públicas. “A audiência pública é um instrumento importante para demonstrar, de forma clara, como estão se comportando as receitas e despesas do município. É uma oportunidade para apresentar os resultados, esclarecer os números e permitir que a sociedade acompanhe a execução do orçamento”.

A análise das metas fiscais também contribui para o acompanhamento do equilíbrio das contas públicas. A partir dos dados apresentados, é possível verificar como o município está executando o orçamento, quais receitas foram efetivamente arrecadadas, como os recursos foram aplicados e qual é o comportamento das

despesas em relação ao que foi planejado.

O prefeito Léo Moraes destacou que a transparência na gestão dos recursos públicos é fundamental para fortalecer o acompanhamento das ações do município. “A população tem o direito de saber como os recursos públicos estão sendo arrecadados e aplicados. A apresentação das metas fiscais permite que todos acompanhem os resultados da gestão e tenham acesso aos dados que mostram como o município está conduzindo suas contas”.

Aberto à população, o encontro de apresentação dos resultados fiscais possibilita que a sociedade tenha acesso a informações sobre a situação financeira do município e acompanhe a execução das políticas públicas a partir dos dados orçamentários e fiscais.

PF cumpre mandados contra investigados por tráfico e lavagem de dinheiro em Rondônia

A Polícia Federal cumpre, nesta terça-feira (29), cinco mandados de busca e apreensão contra investigados por tráfico interestadual de drogas, associação para o tráfico e lavagem de dinheiro. As ordens foram expedidas pela 2ª Vara de Garantias de Porto Velho e são cumpridas na capital, em Guajará-Mirim e Cacoal.

A ação faz parte da Operação Hidra e teve origem em uma investigação iniciada após uma apreensão de drogas. A partir da análise

do material recolhido, os investigadores identificaram indícios da atuação de um grupo organizado.

Segundo a investigação, os envolvidos teriam funções distintas dentro do esquema. Parte dos investigados seria responsável pela logística e pelo transporte, enquanto outros atuariam na comercialização dos entorpecentes e na movimentação dos recursos obtidos com a atividade criminosa.

As buscas têm como objetivo reunir

novos elementos para o avanço das investigações e esclarecer a participação de cada um dos suspeitos no esquema.

Os investigados são considerados suspeitos até eventual decisão judicial definitiva.

A investigação busca esclarecer a extensão do grupo e identificar a participação individual dos envolvidos, além de reunir elementos sobre a possível movimentação financeira ligada ao tráfico de drogas.



Ação da Polícia Federal investiga possível esquema de tráfico interestadual, associação para o tráfico e lavagem de dinheiro

Justiça de Rondônia suspende eleição da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores para biênio 2027/28

A Justiça de Rondônia suspendeu os efeitos da eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Candeias do Jamari para o segundo biênio da legislatura, correspondente ao período de 2027/2028. A eleição ocorreu em 17 de fevereiro de 2025 e ficará suspensa até o julgamento de mérito da ação.

A decisão foi proferida pela 1ª Vara de Fazenda e Saúde Pública da Comarca de Porto Velho, no processo nº 7057618-78.2026.8.22.0001, após pedido de tutela provisória apresentado pelo vereador Euzebio Lopes Novais. A ação foi proposta contra a Câmara Municipal e integrantes da chapa eleita.

Entre os citados estão Jucilene Marques

de Moraes, ex-presidente da Câmara e vice-presidente eleita; Euclides José de Andrade, presidente eleito; Roberto Oliveira Franceschetto, 1º secretário eleito; e Marcos Almeida da Hora, 2º secretário eleito.

O vereador argumentou que a eleição realizada em fevereiro de 2025, para uma Mesa cujo mandato terá início somente em janeiro de 2027, viola princípios constitucionais relacionados à contemporaneidade, razoabilidade e alternância do poder. A alegação também se baseia em entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre eleições antecipadas para órgãos diretivos do Legislativo.

Ao analisar o pedido de urgência, a Justiça considerou

presentes os requisitos de probabilidade do direito e perigo de dano previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. A decisão cita precedentes do STF segundo os quais a eleição da Mesa para o segundo biênio deve manter relação de contemporaneidade com o início do mandato.

Conforme o entendimento mencionado na decisão, a eleição para o segundo biênio somente pode ocorrer a partir de outubro do ano anterior ao início do respectivo mandato. No caso de Candeias do Jamari, a votação ocorreu em fevereiro de 2025, enquanto o mandato está previsto para começar em janeiro de 2027.

O juízo também apontou risco de instabilidade política e administrativa caso os



Decisão aponta possível antecipação de quase dois anos na escolha da Mesa para o biênio 2027/2028 e mantém suspensão até julgamento da ação.

efeitos da eleição fossem mantidos durante a tramitação do processo. Segundo a decisão, a situação poderia afetar a segurança jurídica e a regularidade das atividades da Câmara Municipal.

Com a concessão da tutela, os efeitos da eleição foram suspensos até uma decisão definitiva. A Câmara e os demais réus deverão ser intimados e poderão apresentar contes-

tação no prazo legal de 15 dias. O Ministério Público de Rondônia também deverá acompanhar o processo.

A decisão foi assinada em 25 de setembro de 2026 pela magistrada Maxulene de Sousa Freitas. O processo, inicialmente classificado como Ação Popular, também teve sua classificação alterada para Petição Cível ou, caso não seja aplicável, Procedimento Comum.

Receita médica particular também pode ser usada para retirar medicamentos na rede municipal

Quem passou por uma consulta particular e recebeu uma receita médica não precisa procurar uma unidade de saúde apenas para conseguir uma nova prescrição pelo SUS. Em Porto Velho, o receituário emitido na rede privada pode ser utilizado para retirar medicamentos disponíveis na rede pública municipal, desde que cumpra os requisitos necessários.

A orientação da Prefeitura de Porto Velho, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), evita que o paciente tenha que passar por uma consulta somente para

transcrever uma receita que já possui, além de contribuir para que os atendimentos da rede sejam direcionados a quem realmente necessita de avaliação médica.

"Quando o usuário já possui um diagnóstico e a prescrição da rede privada para um medicamento disponível na lista municipal, não há necessidade de nova consulta na rede pública apenas para carimbar a receita", explicou a secretária municipal de Saúde, Sandra Cardoso.

Antes mesmo de sair de casa, o paciente pode consultar pelo

FarmaPub se o medicamento está disponível e em qual unidade pode encontrá-lo. A plataforma apresenta informações sobre o estoque da rede, ajudando a evitar que o morador se desloque até uma unidade onde o produto esteja em falta.

Para retirar o medicamento em uma farmácia de Unidade Básica de Saúde (UBS), é necessário apresentar a receita médica original dentro do prazo de validade e com o nome genérico da substância, além de documento oficial com foto, Cartão do SUS ou CPF.

Para o prefeito

Léo Moraes, a medida simplifica o acesso de quem já está em tratamento.

"A pessoa que já passou por uma consulta particular não precisa enfrentar uma nova consulta apenas para trocar a receita. Se o medicamento faz parte da rede municipal e a prescrição está dentro das regras,aremos que esse acesso aconteça de maneira simples e ágil".

ATENÇÃO ÀS REGRAS

Medicamentos de controle especial, como psicotrópicos, seguem regras especí-

ficas e exigem o receituário correspondente dentro do prazo determinado pela Anvisa, com retenção da via quando prevista.

Já medicamentos que não integram a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (Remume) ou que são considerados de alto custo não são disponibilizados diretamente nas farmácias das UBSs.

Nesses casos, o paciente recebe orientação para solicitar o medicamento administrativamente junto ao Governo do Estado ou ao Ministério da Saúde.

STJ nega recurso extraordinário e mantém condenação de Gladson Cameli a 25 anos e 9 meses de prisão

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou seguimento ao recurso extraordinário apresentado pela defesa do ex-governador do Acre Gladson Cameli. A decisão foi tomada pelo vice-presidente da Corte, ministro Mauro Campbell Marques, e mantém, neste momento, a condenação de 25 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial fechado.

O recurso foi apresentado pela defesa em 2 de setembro. Na decisão, o ministro citou os Temas 339 e 660 da repercussão geral do Supremo Tribunal Federal (STF), relacionados à necessidade de fundamentação das decisões judiciais e às alegações de violação ao contraditório e à ampla defesa.

Cameli foi condenado pela Corte Especial do STJ por crimes de peculato, lavagem de dinheiro, fraude à licitação, corrupção ativa e passiva e organização criminosa. Além da pena de prisão, a condenação também prevê indenização ao Estado do Acre.

A defesa ainda pode utilizar os recursos previstos na legislação contra a decisão do vice-presidente do STJ. Portanto, a negativa de seguimento não significa, por si só, que tenha ocorrido o trânsito em julgado da ação penal.

A decisão também ocorre em meio à disputa eleitoral de 2026. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC) indeferiu, por unanimidade, o



Vice-presidente da Corte, ministro Mauro Campbell Marques, rejeitou o apelo da defesa do ex-governador do Acre; decisão aproxima o processo do trânsito em julgado.

registro da candidatura de Cameli ao Senado com base na Lei da Ficha Limpa, considerando a condenação proferida por órgão colegiado.

Em 22 de setembro, o TRE-AC rejeitou os embargos apresentados pela defesa, por 6 votos a o, mantendo o indeferimento do re-

gistro. A decisão eleitoral ainda é passível de recurso às instâncias superiores.

A situação eleitoral de Cameli, portanto, permanece em análise na Justiça Eleitoral. Enquanto não houver decisão definitiva sobre o registro, o candidato permanece na condição de subjuice, conforme informado

pelo próprio TRE-AC. O caso envolve ainda recursos relacionados à Ação Penal nº 1.076

e questionamentos apresentados pela defesa no Supremo Tribunal Federal.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº.088/2026

MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA E P S NEPOMUCENO
DAS ALTERAÇÕES: fica alterada as cláusulas: Cláusula quarta do Contrato nº. 0088/26. DO VALOR: A Contratante pagará ao Contratado R\$ 18.510,81 (dezoito mil, quinhentos e dez reais e oitenta e um centavos). 02.08.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.301.0038.2297.0000 - CUSTEIO DAS UNIDADES MISTA DE SAÚDE 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA N. DE EMP. Nº 1946 DE 21 DE SETEMBRO DE 2026. DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem em vigor e inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato nº 088/26, não expressamente modificadas por este Termo Aditivo. PROC. ADM: nº.751/26 DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 23 de setembro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2026/SRP
MODO DE DISPUTA ABERTO

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que realizará Licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço Por Item. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a Formação do Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, materiais de limpeza, copa e cozinha, destinados ao atendimento das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino vinculadas à Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Processo Administrativo nº 1782/2026. Valor total de R\$: 5.547.664,58 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos). Data para recebimento de proposta às 08:00 horas do dia 30 de setembro de 2026; data de início da sessão pública: às 09:00 horas do dia 13 de outubro de 2026; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br “acesso identificado no link - licitações”. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br, maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

CHUPINGUAIA, 29 de setembro de 2026

MAGNO B. S. FERREIRA
Pregoeiro



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 043/PMAP/2025

PROCESSO: 1-1959/SEMSAU/2025.
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO.
LOCADORA: RUTE CAMPOS DE OLIVEIRA, brasileira, aposentada, nascida em 30/08/1947, portadora da Cédula de Identidade nº 441*** SESDEC/RO e inscrita no CPF sob nº ***.546.***-59, residente a Rua Quintino Bocaiuva n. 797, centro, na cidade de Jacarezinho/PR, neste ato representada por sua Procuradora, Sra. Marcielle Lopes de Oliveira, brasileira, maior e capaz, autônoma, portadora de RG nº 750*** SESDEC/RO e CPF nº ***.900.***-15, residente e domiciliada na Rua Ubatuba, 2777, Jardim Paulista na cidade de Ariquemes/RO.
DO OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 043/2025, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSAU, de acordo com as especificações contidas no Processo Administrativo 1- 1959/2025.
DA VIGÊNCIA: O prazo do presente contrato será renovado pelo período de 12 (doze) meses, compreendido no período de 24/09/2026 a 24/09/2027.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato original que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo. O Contrato em sua íntegra encontra-se no portal: <http://www.altoparaíso.ro.gov.br/> e <http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>, Código Identificador: C96C039B, data de circulação 29/09/2026.

Alto Paraíso/RO, 23 de setembro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

Justiça condena 7 por tráfico de cocaína de Rondônia para Bahia; penas chegam a 18 anos

A Justiça de Rondônia condenou 7 pessoas por participação em um esquema que transportava cocaína do estado para a Bahia. As penas chegam a 18 anos e 5 meses de prisão, e 6 dos condenados terão de começar a cumprir a sentença em regime fechado.

Entre os condenados, dois são reincidentes por crimes de receptação e de trânsito. Uma das ré, primária, recebeu pena de 3 anos e 6 meses, substituída pela prestação de serviços à comunidade durante o mesmo período e pelo pagamento de uma quantia a uma entidade social cadastrada na Justiça.

As maiores penas foram aplicadas a três pessoas apontadas como líderes do esquema. As condenações desse grupo ficaram entre 11 anos e 8 meses e 18 anos, 5 meses e 20 dias.

Outros 11 acusados foram absolvidos por falta de provas de participação nos crimes.

O esquema funcionou entre fevereiro de 2023 e março de 2024, levando cocaína de Rondônia para a Bahia. Os responsáveis pela logística utilizavam carros próprios ou alugados e repassavam aos motoristas os contatos dos receptores baianos quando as cargas se aproximavam do destino.

A divisão de tarefas foi identificada a partir do relatório final da investigação policial e do cruzamento de

mensagens interceptadas.

Ao todo, 141,83 kg de cocaína foram apreendidos em três ações. A primeira, em 7 de fevereiro de 2023, encontrou 47,48 kg. A segunda ocorreu em 15 de fevereiro do mesmo ano, com 58,85 kg apreendidos.

A terceira apreensão ocorreu em 5 de março de 2024, quando foram encontrados 35,5 kg de cocaína na BR-415, no km 47, em Itabuna, na Bahia.

A sentença também determinou a incineração da cocaína e a perda, em favor da União, dos bens utilizados no esquema.

A decisão foi proferida pela 1ª Vara de Tóxicos da Comarca de Porto Velho na Ação Penal nº 7055203-30.2023.8.22.0001.

A decisão encerra a análise judicial dos fatos descritos na ação penal, com condenações, absolvições e medidas sobre os bens relacionados ao caso.



Penas chegam a 18 anos e 5 meses de prisão; outros 11 acusados foram absolvidos por falta de provas.



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CABIXI - RO

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público o Pregão Eletrônico nº 032/2026, Exclusivo para MPes, de menor preço por Item/Lote, Processo nº 1-1203/2026/SEMAS, objetivando a aquisição de processamento de dados e eletrodomésticos para a SEMAS, com sessão pública no dia 16/10/2026, às 09h30 (horário de Brasília-DF), na plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br), com valor estimado de R\$ 34.693,03. Edital disponível no PNCP, no site www.cabixi.ro.gov.br, pelo e-mail licitacoes@cabixi.ro.gov.br ou pelo telefone (69) 3345-2553. Cabixi – RO, 29 de setembro de 2026.

Allison Maicon Bento Pretto
Agente de Contratação



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Chupinguaia (RO), baseado no resultado apontado pelo Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o Proc. Adm. nº 1634/26, conforme o P. Eletrônico nº 100/26. Após a tramitação legal, foi considerada vencedora pelo Pregoeiro, a empresa RAYUDE SOARES-22.963.049/0001-82 - CNPJ: 22.963.049/0001-82, vencedora dos itens licitados, perfazendo o valor total de R\$ 18.399,99 (dezoito mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos). Cumpridas as exigências do P. Eletrônico apresentado os menores preços para os itens de acordo com a Ata Final do Pregoeiro (ID 915678), Termo de Adjudicação (ID915680), Homologação (ID 917412).

Chupinguaia-RO, 28 de setembro de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES
Prefeito Municipal



ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ - RO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2026
Processo Administrativo: 94/2026

Torna-se público que a Câmara Municipal de Nova Mamoré – RO, sediada na Avenida Deodirio Domingos Lopes, nº 3040, Bairro João Francisco Climaco, Município de Nova Mamoré, Estado de Rondônia, CEP 76857000, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade Pregão Eletrônico, para futura e eventual aquisição de microcomputadores e monitores, destinados à recomposição, ampliação e modernização do parque tecnológico da Câmara Municipal de Nova Mamoré/RO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Data da sessão: 14 de outubro de 2026
Horário da Fase de Lances: 10h (horário de Brasília-DF)

Link: bbmnet.com.br

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Valor Estimado para a Contratação: R\$ 234.336,00

OBJETO:

O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de microcomputadores e monitores, destinados à recomposição, ampliação e modernização do parque tecnológico da Câmara Municipal de Nova Mamoré/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026 e seus anexos.

Observação: O Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2026 e seus anexos podem ser encontrados no Portal de Transparência da Câmara Municipal de Nova Mamoré, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na Plataforma de Licitações bbmnet.com.br, ou solicitados pelo e-mail: contratacao@novamamore.ro.leg.br

Câmara Municipal de Nova Mamoré, 29 de setembro de 2026.

CLAUDIO VASCONCELOS VEDANA
Agente de Contratação

Com segundo tempo efetivo, Seleção Brasileira vence Austrália em amistoso

A Seleção Brasileira venceu a Austrália por 4 a 2 nesta terça-feira (29), no Suncorp Stadium, em Brisbane, pelo segundo amistoso entre as equipes na Super Data Fifa. O Brasil abriu o placar, sofreu a virada ainda no primeiro tempo, mas conseguiu empatar antes do intervalo e voltou a dominar a partida na etapa final.

Vanderson marcou o primeiro gol da Seleção logo aos dois minutos, após jogada coletiva. A Austrália reagiu e virou o placar com Circati e Metcalfe, aos 28 e 33 minutos. Aos 45, Raphinha con-

verteu pênalti e deixou o confronto novamente empatado.

No segundo tempo, o Brasil voltou mais ofensivo e passou a controlar as ações. Bruno Guimarães marcou o terceiro gol após receber passe de Vini Jr. e finalizar de dentro da área. Pouco depois, Vini sofreu pênalti e cobrou rasteiro para fazer o quarto gol brasileiro e definir o placar.

O técnico Carlo Ancelotti promoveu sete mudanças em relação à equipe que iniciou o primeiro amistoso contra a Austrália, dis-

putado na última sexta-feira (25) e que terminou empatado por 1 a 1. Entre as novidades esteve a estreia do goleiro Otávio, além da mudança do esquema 4-2-4 para o 4-3-3, com Gabriel Bontempo no meio-campo.

Raphinha deixou o campo no início do segundo tempo com um desconforto na coxa direita e foi substituído por Endrick. Ao longo da etapa final, Ancelotti também promoveu outras alterações, dando oportunidade a jogadores como Matheuzinho, Andrey Santos, Estêvão, Martinelli e Samuel Lino.



Seleção sofre virada no primeiro tempo, reage antes do intervalo e confirma vitória na etapa final com gols de Bruno Guimarães e Vini Jr.

Com o resultado, o Brasil encerrou os dois confrontos contra a Austrália com uma vitória e um empate. A equipe agora se prepara para o último compromisso da Super Data Fifa.

A Seleção Brasilei-

ra volta a campo no sábado (3), contra a Índia, em Calcutá. A partida será disputada no Estádio Salt Lake, com início marcado para as 11h (horário de Brasília). Será o primeiro confronto entre Brasil e Índia na história.

Atletas de Jaru conquistam três pódios em campeonato de capoeira em Alta Floresta do Oeste

Jaru foi destaque no campeonato de capoeira realizado no dia 26 de setembro de 2026, em Alta Floresta d'Oeste (RO). A competição, organizada pelo professor Ivan, do grupo de capoeira Raízes de Rondônia, reuniu mais de 150 atletas, proporcionando um momento de integração e disputa entre praticantes da modalidade.

Representando o município, a professora Patrícia Dias, graduada a mestre, conquistou o primeiro lugar em sua categoria. O resultado reconhece o trabalho desenvolvido pela atleta e sua trajetória na capoeira, além de representar o município entre os participantes da com-

petição.

A estagiária Aline, conhecida no meio esportivo como Maluquinha, também garantiu lugar no pódio ao conquistar a terceira colocação em sua categoria. A participação contribuiu para ampliar a presença de Jaru entre os destaques do campeonato.

No torneio destinado aos alunos, o capoeirista Coringa conquistou o segundo lugar, garantindo mais uma medalha para a delegação jaruense. Com isso, os representantes do município encerraram a competição com três colocações de destaque.

Os resultados são atribuídos à dedicação dos capoeiristas



Competição reuniu mais de 150 atletas e teve representantes jaruenses entre os destaques.

de Jaru e ao trabalho desenvolvido na formação dos praticantes. A participação em competições também proporciona aos atletas a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos nos treinamentos e adquirir experiência em eventos da modalidade.

Além do aspecto esportivo, a capoeira reúne elementos de expressão cultural, disciplina e convivência, mantendo uma tradição que envolve diferentes gerações de praticantes. A presença de atletas jaruenses em competições regionais contribui para dar visibilidade à mo-

dalidade e estimular a continuidade da prática no município.

As conquistas em Alta Floresta d'Oeste reforçam, assim, a participação de Jaru no cenário regional da capoeira e celebram o desempenho dos atletas que representaram o município durante a competição.